

Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal

SEFAZ-DF

Auditor Fiscal da Receita do Distrito Federal

Volume I

ST048-N9-A

Todos os direitos autorais desta obra são protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/12/1998.
Proibida a reprodução, total ou parcialmente, sem autorização prévia expressa por escrito da editora e do autor. Se você conhece algum caso de "pirataria" de nossos materiais, denuncie pelo sac@novaconcursos.com.br.

OBRA

Secretaria do Estado da Fazenda do Distrito Federal

Auditor Fiscal da Receita do Distrito Federal

EDITAL Nº 1 - SEEC/DF, DE 16 DE SETEMBRO DE 2019

AUTORES

Língua Portuguesa - Profª Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Conhecimento sobre o Distrito Federal - Profº Heitor Ferreira
Administração Pública - Profº Fernando Zantedeschi e Profª Silvana Guimarães
Contabilidade Pública - Profª Tatiana Carvalho
Direito Administrativo - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Constitucional - Profº Ricardo Razaboni
Direito Civil - Profª Mariela Cardoso e Bruna Pinotti
Direito Empresarial - Profº Evandro Muzzi
Direito Penal - Profº Ricardo Razaboni e Rodrigo Gonçalves
Economia - Profº Carlos Quiqueto
Finanças Públicas - Profº Fernando Zantedeschi
Tecnologia da Informação - Profº Ovidio Lopes da Cruz Netto
Matemática Financeira - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil
Estatística - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil
Raciocínio Lógico - Profº Bruno Chierregatti e João de Sá Brasil
Auditoria Fiscal do ICMS e do ISS - Profº Evandro Muzzi
Contabilidade Geral - Profª Tatiana Carvalho
Contabilidade de Custos - Profª Tatiana Carvalho
Direito Financeiro - Profº Fernando Zantedeschi
Direito Tributário - Profª Barbara Manfio
Legislação Tributária - Profª Barbara Manfio

PRODUÇÃO EDITORIAL/REVISÃO

Elaine Cristina
Leandro Filho

DIAGRAMAÇÃO

Renato Vilela
Thais Regis

CAPA

Joel Ferreira dos Santos



www.novaconcursos.com.br

sac@novaconcursos.com.br

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:

www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: JN001-19



PASSO 3

Pronto!

Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	01
Domínio da ortografia oficial.....	07
Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual.....	13
Emprego de tempos e modos verbais. Domínio da estrutura morfosintática do período. Emprego das classes de palavras.....	15
Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	53
Emprego dos sinais de pontuação.....	62
Concordância verbal e nominal.....	65
Regência verbal e nominal.....	72
Emprego do sinal indicativo de crase.....	77
Colocação dos pronomes átonos.....	80
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Significação das palavras. Substituição de palavras ou de trechos de texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	81

CONHECIMENTOS SOBRE O DISTRITO FEDERAL

Domínio de tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).....	01
Lei Complementar Federal nº 94/1998 e suas alterações.....	10
Decreto Federal nº 7.469/2011.....	11

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Organização do Estado e da Administração Pública.....	01
Modelos teóricos de Administração Pública. Patrimonialista, burocrático e gerencial.....	04
Processos de modernização da Administração Pública. A nova gestão pública.....	11
Governabilidade, governança e accountability. Compliance na Administração Pública. Governo eletrônico, transparência, comunicação e redes organizacionais. Tecnologias gerenciais e organizacionais aplicáveis na Administração Pública.....	21
Ética na função pública.....	28

CONTABILIDADE PÚBLICA

Conceituação, objeto e campo de aplicação.....	01
Princípios e Normas de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público, em especial as seguintes normas: NBCASP 8ª edição, NBC TSP - Estrutura Contábil, de 23 de setembro de 2016 e MCASP.....	03
Patrimônio Público. Ativo. Passivo. Saldo Patrimonial.....	39
Variações Patrimoniais. Qualitativas. Quantitativas. Realização da variação patrimonial. Resultado patrimonial. Receita e Despesa sob o enfoque patrimonial.....	40
Mensuração de ativos. Ativo Imobilizado. Ativo Intangível. Reavaliação e redução ao valor recuperável. Depreciação, amortização e exaustão.....	41

SUMÁRIO

Mensuração de passivos. Provisões. Passivos Contingentes.....	44
Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.....	45
Sistema de custos no setor público. Classificação e Nomenclatura de custos. Aspectos legais do sistema de custos. Ambiente da informação de custos. Características da informação de custos. Terminologia de custos.....	46
Plano de contas aplicado ao setor público. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Balanço orçamentário. Balanço Financeiro. Demonstração das variações patrimoniais. Balanço patrimonial. Demonstração de fluxos de caixa. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	49
Consolidação das demonstrações contábeis.....	61
Transações no setor público.....	62
Receita e Despesa pública. Conceito, etapas, estágios e categorias econômicas.....	62
Execução orçamentária e financeira.....	69
Suprimento de Fundos.....	72

DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública. Conceitos.....	01
Direito administrativo. Conceito. Objeto. Fontes.....	02
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. Extinção do ato administrativo. Cassação, anulação, revogação e convalidação. Decadência administrativa.....	04
Agentes públicos. Conceito. Espécies. Cargo, emprego e função pública. Provimento. Vacância. Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. Remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Sindicância e Processo administrativo disciplinar. Lei Complementar nº 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais). Disposições constitucionais aplicáveis.....	10
Poderes da administração pública. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso de poder.....	16
Regime jurídico-administrativo. Conceito. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	20
Responsabilidade civil do Estado. Evolução histórica. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.....	23
Serviços públicos. Conceito. Elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação. Concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.....	26
Organização administrativa. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Lei Federal nº 13.303/2016 (Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios). Entidades paraestatais e terceiro setor. Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.....	30
Controle da administração pública. Controle exercido pela administração pública. Controle judicial. Controle legislativo. Lei Federal nº 8.429/1992 (improbidade administrativa).....	39
Lei Federal nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo) aplicável ao Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 2.834/2001 e suas alterações.....	43
Licitações e contratos administrativos. Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações. Lei Federal nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. Decreto Distrital nº 26.851/2006. Decreto Federal nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).....	46
Lei Distrital nº 4.717/2011 (reestrutura a Carreira de Auditoria Tributária do Distrito Federal).....	56
Decreto Distrital nº 845/1994 (institui o Código de Ética dos Servidores da Carreira Auditoria Tributária).....	58

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas.....	01
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais (direitos e deveres individuais, coletivos, sociais, políticos e de nacionalidade). Cláusulas Pétreas.....	01
Organização político-administrativa do Estado.....	07
Supremacia da Constituição Federal. Controle de constitucionalidade. Sistemas de controle de constitucionalidade: Ação direta de constitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	08
Da ordem Econômica e Financeira. Princípios gerais da atividade econômica. Sistema Financeiro Nacional.....	11
Lei Orgânica do Distrito Federal. Fundamentos da Organização dos Poderes e do Distrito Federal (Poder Legislativo, Poder Executivo e Administração Pública). Da Organização do Distrito Federal. Da Organização dos Poderes.....	15

DIREITO CIVIL

Lei de introdução às normas do direito brasileiro. Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo. Eficácia das leis no espaço.....	01
Pessoas naturais. Conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Domicílio.....	08
Pessoas jurídicas. Disposições Gerais. Constituição. Extinção. Sociedades de fato. Associações. Fundações.....	15
Bens imóveis, móveis e públicos.....	20
Fato jurídico. Negócio jurídico. Disposições gerais. Invalidade.....	24
Prescrição. Disposições gerais. Decadência.....	35
Direitos reais e obrigacionais. Conceito; natureza; distinção. Propriedade. Conceito. Noções gerais. Aquisição, perda; restrições ao direito de propriedade. Condomínio.....	38
Posse. Conceito. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos da posse. Posse e detenção. Direitos reais sobre a coisa alheia. Conceito, superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, penhor, hipoteca e propriedade fiduciária.....	62
Obrigações. Direitos reais, direitos pessoais. Obrigações de dar, de fazer, de não fazer. Obrigações decorrentes de atos ilícitos. Solidariedade, indivisibilidade, inexecução. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção. Contratos. Conceito. Classificação. Formação. Efeitos. Revisão. Extinção.....	94
Contrato, pré-contrato e negociações preliminares. Compra e venda. Troca ou permuta. Doação. Empréstimo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato, fiança e aval. Sociedade. Parceria rural. Transporte.....	115
Alienação fiduciária em garantia. Cooperativas. Conceito. Natureza. Regime jurídico. Atos cooperativos, operações de mercado.....	137
Casamento. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal.....	140
Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros legítimos, necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Noções. Testamento público. Particular. Capacidade para testar. Usufruto. Revogação dos testamentos. Herança. Noções. Aceitação. Desistência. Exclusão.....	145
Inventário e partilha.....	153

SUMÁRIO

DIREITO EMPRESARIAL

Direito empresarial. Empresário. Conceito, caracterização, inscrição, capacidade.....	01
Institutos complementares. Nome empresarial, estabelecimento empresarial, escrituração. Microempresa e empresa de pequeno porte. Prepostos. Escrituração.....	03
Títulos de crédito. Classificação dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Protesto.....	08
Direito societário. Conceito de sociedades. Sociedades simples e empresárias. Sociedade limitada. Sociedade anônima.....	09
Lei Federal nº 6.404/1976 e suas alterações. Operações societárias. Dissolução e liquidação de sociedades.....	13
Contratos mercantis. Características. Compra e venda mercantil. Franquia (franchising). Contratos bancários impróprios. Alienação fiduciária em garantia, arrendamento mercantil (leasing), faturização (factoring).....	16
Direito falimentar. Lei Federal nº 11.101/2005 e suas alterações. Teoria geral do direito falimentar.....	19
O comércio eletrônico.....	21

DIREITO PENAL

Aplicação da lei penal. Crime.....	01
Dolo e culpa.....	07
Crimes contra a fé pública. Falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público.....	11
Crimes contra a administração pública. Crimes praticados por funcionário público e por particular contra a administração pública.....	13
Lei Federal nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).....	20
Lei Federal nº 8.137/1990 e suas alterações (crimes contra a ordem tributária).....	22
Lei Federal nº 10.028/2000 (crimes contra as finanças públicas).....	24
Infração administrativa.....	24

ECONOMIA

Introdução geral aos problemas econômicos. Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento.....	01
Microeconomia. Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado.....	10
Macroeconomia. As contas nacionais; conceitos de produto e de renda; os agregados macroeconômicos; renda e produto de equilíbrio; consumo, poupança e investimento; o multiplicador; o setor governo e a política fiscal; déficits e dívida pública; políticas de estabilização. Moeda e crédito. Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional.....	26
Comércio exterior. Balanço de Pagamentos. Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis.....	34

SUMÁRIO

FINANÇAS PÚBLICAS

Objetivos, metas, abrangência e definição.....	01
Funções do Estado.....	02
Financiamento dos gastos públicos. Tributação e equidade.....	03
A função do bem-estar; políticas alocativas, distributivas e de estabilização.....	02
Instrumentos e recursos da economia pública (política fiscal, regulatória e monetária).....	05
Tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade.....	03
Receita orçamentária. Classificação, estágios (etapas) da receita, regime de execução orçamentária, recursos orçamentários, deduções da receita orçamentária.....	07
Despesa orçamentária. Classificação da despesa orçamentária sob seus diversos enfoques, estágios (fases) da despesa orçamentária.....	08
Orçamento público. Conceitos e princípios orçamentários, tipos de orçamento, técnicas de elaboração orçamentária.....	10
Ciclo orçamentário.....	12
Créditos adicionais. Conceitos, tipos, requisitos para abertura, fontes de recursos, incorporação ao orçamento....	14
Conceito de déficit público; financiamento do déficit; sustentabilidade da política fiscal.....,	16
Crédito público. Fonte alternativa de financiamento das despesas públicas; limites do crédito público.....,	14
Reforma Administrativa e Reforma Previdenciária.....	17
Política fiscal. Equilíbrio orçamentário; estabilização da moeda; pleno emprego; desenvolvimento econômico; redistribuição da renda.....	19
Tópicos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações). Princípios, objetivos; limites para dívida; “regra de ouro” (Constituição Federal, art. 167, III); renúncia de receita; geração de despesas. Transferências voluntárias. Conceito e requisitos. Destinação de recursos para o setor privado. Requisitos e vedações.....	20
Ordenador de despesa. Conceito; ordenador primário; delegação de competência.....	23

SUMÁRIO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conceitos básicos de informática, componentes funcionais de computadores (hardware e software), periféricos e dispositivos de entrada, saída e armazenamento de dados.....	01
Conceitos básicos de sistemas operacionais, características dos principais sistemas operacionais do mercado (Windows e Linux).....	07
Noções dos ambientes Microsoft Office e BR Office.....	20
Conceitos, funções e aplicações de Intranet e Internet.....	41
Navegadores.....	41
Correio eletrônico.....	41
Conceitos e funções de aplicativos de editores de texto.....	55
Gerência de Projetos. Conceitos. Processos do PMBOK.....	55
Gestão de Processos de Negócio. Modelagem de processos. Técnicas de análise e modelagem de processo.....	55
Gerência de Serviços de TI. Fundamentos da ITIL® (Versão 3).....	55
Banco de dados. Conceito: entidade, atributos, relacionamentos e cardinalidade. Modelagem de dados relacional. Modelagem de dados multidimensional. Conceitos e estratégias de implantação de Data Warehouse, OLAP, Data Mining, ETL e Business Intelligence.....	84
Segurança da informação. Conceitos básicos. Plano de continuidade de negócio.....	155
Noções sobre criptografia, assinatura digital e autenticação. Certificação digital. Auditoria, vulnerabilidade e conformidade.....	155

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Regra de três simples e composta.....	01
Porcentagens.....	03
Juros simples e compostos.....	06
Capitalização e desconto.....	09
Taxas de juros. Nominal, efetiva e equivalente.....	09
Rendas uniformes e variáveis.....	09
Planos de amortização de empréstimos e financiamentos.....	09
Cálculo financeiro. Custo efetivo de operações de financiamento, empréstimo e investimento.....	09
Avaliação de alternativas de investimento.....	09
Taxas de retorno; taxa interna de retorno.....	09

ESTATÍSTICA

Estatística descritiva.....	01
Análise exploratória de dados. Gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose).....	01
Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência.....	01
Amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados.....	01

SUMÁRIO

RACIOCÍNIO LÓGICO

Estruturas lógicas.....	01
Lógica de argumentação. Analogias, inferências, deduções e conclusões.....	01
Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas.....	01
Tabelas-verdade.....	01
Equivalências.....	01
Leis de De Morgan.....	01
Diagramas lógicos.....	01
Lógica de primeira ordem.....	01
Princípios de contagem e probabilidade.....	28
Operações com conjuntos.....	35
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	39

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Distinção entre auditoria interna, independente e auditoria tributária.....	01
Desenvolvimento do plano de auditoria.....	02
Procedimentos de auditoria e suas aplicações.....	03
Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009.....	04
Testes de Observância. Testes substantivos.....	03
Testes para subavaliação e testes para superavaliação. Evidências de auditoria.....	06
Identificação de fraudes na escrita contábil.....	06
Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.....	09
Auditoria no ativo circulante: recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.....	10
Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.....	10
Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.....	10
Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.....	10
Baixa fictícia de títulos não recebidos.....	10
Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.....	10
Auditoria no ativo não circulante: superavaliação dos custos de estoque.....	10
Auditoria no ativo realizável a longo prazo: identificação de origens de recursos fictícias.....	11
Auditoria no ativo imobilizado: ativos ocultos.....	11
Alienação fictícia de bens.....	11
Auditoria no ativo intangível.....	11
Auditoria no passivo circulante de curto prazo.....	12
Passivos fictícios.....	12
Identificação de passivos já pagos e não baixados.....	12

SUMÁRIO

Auditoria no passivo não circulante.....	12
Auditoria no patrimônio líquido.....	12
Contabilização de reservas.....	12
Auditoria em contas de resultado.....	13
Registro de receitas e despesas. Ocultação de receitas.....	18
Superavaliação de custos e despesas.....	18
Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal. Auditoria na Escrita Fiscal Digital (EFD) e nos documentos fiscais.....	19
Auditoria para identificação de apropriação indevida de crédito do ICMS.....	21
Auditoria na apuração da base de cálculo do ISS. Auditoria na apuração da base de cálculo do ISS nos serviços de construção civil; diversões, lazer e entretenimento; propaganda e publicidade; intermediação e congêneres; informática e congêneres; setor bancário ou financeiro; locação/cessão de veículo, máquina, equipamento ou qualquer bem, mediante quantia certa e previamente estipulada ao usuário, em que seja fornecido conjuntamente motorista ou operador para a execução do serviço; saúde, assistência médica e congêneres prestados por hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios, casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres, medicina e assistência veterinária e congêneres, centros de emagrecimentos, spa e congêneres; agência de turismo. Auditoria na apuração da base de cálculo do ISS nas prestações de serviços com aplicação de materiais, de peças e partes.	26
Tributação dos serviços de composição gráfica e de produtos farmacêuticos manipulados.....	29
Verificação de registro do débito fiscal nos livros fiscais definidos na legislação tributária.....	29

CONTABILIDADE GERAL

Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).....	01
Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura. Atos e fatos administrativos. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas. Apuração dos resultados. Regimes de apuração. Caixa e competência. Escrituração contábil. Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	04
Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações.....	11
Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/2007 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/2009 e suas alterações..	22
Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	48
Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	52

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos.....	01
Conceitos e classificação dos custos.....	01
Apropriação dos custos à produção. Conceito e critérios de atribuição dos custos.....	01

SUMÁRIO

Departamentalização. Conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto.....	01
Taxa de aplicação dos custos indiretos de produção.....	01
Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos.....	01
Utilização de equivalentes de produção.....	01
Tipos de produção. Conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos. Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.....	01
Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.....	01
Formas de controle dos custos.	01
Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.	01
Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.....	01
Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.....	01
Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.....	12
Análise do custo × volume × lucro.....	12
Variações do ponto de equilíbrio.....	12
Grau de alavancagem operacional.	12
Margem de segurança.....	12

DIREITO FINANCEIRO

Direito financeiro. Conceito e objeto. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988. Normas gerais e orçamento.....	01
Despesa pública. Conceito e classificação de despesa pública. Disciplina constitucional dos precatórios.....	02
Receita pública. Conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.....	04
Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações. Fiscalização financeira e orçamentária..	05
Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações). Planejamento. Receita pública. Despesa pública. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Dívida e endividamento. Gestão patrimonial. Transparência, controle e fiscalização. Disposições preliminares, finais e transitórias.....	13
Crédito público. Conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica. Controle, fiscalização e prestação de contas.....	16
Dívida pública. Dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, de natureza tributária e não tributária.....	18

DIREITO TRIBUTÁRIO

Introdução geral aos problemas econômicos. Escassez e escolha; a curva de possibilidades de produção; fatores de produção; produtividade e remuneração dos fatores de produção; livre mercado; o papel do governo em uma economia em desenvolvimento.....	01
Microeconomia. Lei da oferta e da demanda; as curvas de demanda e de oferta; elasticidade-preço; fatores que afetam a elasticidade-preço; elasticidade-renda; noções de teoria da produção; função de produção; conceitos básicos de custos de produção; preço e produto em concorrência perfeita e no monopólio; eficiência econômica; bens públicos e falhas no sistema de mercado.....	10

SUMÁRIO

Macroeconomia. As contas nacionais; conceitos de produto e de renda; os agregados macroeconômicos; renda e produto de equilíbrio; consumo, poupança e investimento; o multiplicador; o setor governo e a política fiscal; déficits e dívida pública; políticas de estabilização. Moeda e crédito. Conceitos e funções da moeda; base monetária e meios de pagamento; o multiplicador monetário; o Banco Central e os instrumentos de controle monetário; o Sistema Financeiro Nacional.....	26
Comércio exterior. Balanço de Pagamentos. Conceito e estrutura das principais contas; equilíbrio e desequilíbrio do balanço de pagamentos; taxas de câmbio; sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis.....	34

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Legislação tributária básica do Distrito Federal. Lei Orgânica do Distrito Federal (Título IV - Da Tributação e do Orçamento do Distrito Federal).....	01
Lei Complementar Distrital nº 4/1994 (Código Tributário do Distrito Federal). Decreto-Lei nº 82/1966 (regula o Sistema Tributário do Distrito Federal).....	06
Processo Administrativo Fiscal. Processo Administrativo Fiscal Contencioso e Voluntário do Distrito Federal (Lei Distrital nº 4.567/2011 e Decreto nº 33.269/2011). Regimento Interno do Tribunal Administrativo Recursos Fiscais (TARF) (Decreto nº 33.268/2011).....	09
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS). Lei Distrital nº 1.254/1996 (Lei do ICMS no DF), Lei Kandir (Lei Federal nº 87/1996). Lei Distrital nº 5.005/2012 (Regime Especial de tributação do ICMS nas operações realizadas por contribuinte industrial, atacadista e distribuidor). Decreto Distrital nº 18.955/1997 e seus anexos (Regulamento do ICMS - RICMS).....	19
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Lei Complementar Federal nº 116/2003 (Lei do ISS), Lei Complementar Federal nº 157/2016, Lei Complementar Distrital nº 687/2003, Lei Complementar Distrital nº 937/2017, Decreto-Lei nº 82/1966 aplicável por força Art. 70, inciso II, da Lei Complementar Distrital nº 4/1994). Decreto Distrital nº 25.508/2005 (regulamenta o Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS).....	22
Decreto-Lei nº 82/1966 aplicável por força do Art. 70, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 4/1994 (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU). Decreto Distrital nº 28.445/2007 (regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU).....	24
Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Lei Federal nº 7.431/1985 (institui no Distrito Federal, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores). Decreto Distrital nº 34.024/2012 (regulamenta a legislação do IPVA).....	25
Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens ou Direitos (ITCD). Lei Distrital nº 3.804/2006 (Lei do ITCD). Decreto Distrital nº 34.982/2013 (regulamenta o ITCD).....	26
Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos (ITBI). Lei Distrital nº 3.830/2006 (Lei do ITBI). Decreto Distrital nº 27.576/2006 (regulamenta o ITBI).....	28
Taxa de Limpeza Pública (TLP): Lei Federal nº 6.945/1981, Decreto-lei nº 82/1966 aplicável por força do Art. 70, inciso III, da Lei Complementar Distrital nº 4/1994, Decreto Distrital nº 16.090/1994 (regulamenta a TLP).....	29
Contribuição de Iluminação Pública (CIP). Lei Distrital nº 673/2002 (Lei da CIP). Decreto Distrital nº 23.499/2002 (regulamenta a CIP).....	30
Contribuição de Melhoria (Decreto- Lei nº 82/1966 aplicável por força do Art. 70, inciso IV, da Lei Complementar Distrital nº 4/1994).....	30
Lei Complementar Distrital nº 833/2011 (Parcelamento de créditos de natureza tributária e não tributária de titularidade do Distrito Federal).....	31
Lei Complementar Distrital nº 435/2001 (Atualização monetária dos créditos de natureza tributária e não tributária do Distrito Federal).....	31

SUMÁRIO

Lei Complementar Federal nº 24/1975 (Concessão ou Revogação de Benefícios e Incentivos Fiscais do ICMS), Lei Complementar Federal nº 160/2017 (Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais – Arts. 1º ao 8º, e legislação distrital relacionada). Lei Distrital nº 6.225/2018, Decreto Distrital nº 39.753/2019, Decreto Distrital nº 39.803/2019, Decreto Distrital nº 39.828/2019).	32
Lei Complementar Federal nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - Simples Nacional).....	33
Legislação Diversa. Lei Complementar Distrital nº 53/1997 (Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF). Ajuste SINIEF nº 07/2005 (Nota Fiscal Eletrônica - NF-e). Decreto Distrital nº 26.529/2006 e Portaria SEF nº 210/2006 (Livro Fiscal Eletrônico). Lei Federal nº 9.784/1999, aplicável no Distrito Federal por força da Lei Distrital nº 2.834/2001.....	34

ÍNDICE

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

Noções gerais sobre auditoria: conceituação e objetivos. Distinção entre auditoria interna, independente e auditoria tributária.....	01
Desenvolvimento do plano de auditoria.....	02
Procedimentos de auditoria e suas aplicações.....	03
Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009.....	04
Testes de Observância. Testes substantivos.....	03
Testes para subavaliação e testes para superavaliação. Evidências de auditoria.....	06
Identificação de fraudes na escrita contábil.....	06
Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.....	09
Auditoria no ativo circulante: recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.....	10
Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.....	10
Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.....	10
Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.....	10
Baixa fictícia de títulos não recebidos.....	10
Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.....	10
Auditoria no ativo não circulante: superavaliação dos custos de estoque.....	10
Auditoria no ativo realizável a longo prazo: identificação de origens de recursos fictícias.....	11
Auditoria no ativo imobilizado: ativos ocultos.....	11
Alienação fictícia de bens.....	11
Auditoria no ativo intangível.....	11
Auditoria no passivo circulante de curto prazo.....	12
Passivos fictícios.....	12
Identificação de passivos já pagos e não baixados.....	12
Auditoria no passivo não circulante.	12
Auditoria no patrimônio líquido.....	12
Contabilização de reservas.....	12
Auditoria em contas de resultado.....	13
Registro de receitas e despesas. Ocultação de receitas.....	18
Superavaliação de custos e despesas.....	18
Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal. Auditoria na Escrita Fiscal Digital (EFD) e nos documentos fiscais.....	19
Auditoria para identificação de apropriação indevida de crédito do ICMS.....	21

ÍNDICE

AUDITORIA FISCAL DO ICMS E DO ISS

Auditoria na apuração da base de cálculo do ISS. Auditoria na apuração da base de cálculo do ISS nos serviços de construção civil; diversões, lazer e entretenimento; propaganda e publicidade; intermediação e congêneres; informática e congêneres; setor bancário ou financeiro; locação/cessão de veículo, máquina, equipamento ou qualquer bem, mediante quantia certa e previamente estipulada ao usuário, em que seja fornecido conjuntamente motorista ou operador para a execução do serviço; saúde, assistência médica e congêneres prestados por hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios, casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres, medicina e assistência veterinária e congêneres, centros de emagrecimentos, spa e congêneres; agência de turismo. Auditoria na apuração da base de cálculo do ISS nas prestações de serviços com aplicação de materiais, de peças e partes.	26
Tributação dos serviços de composição gráfica e de produtos farmacêuticos manipulados.....	29
Verificação de registro do débito fiscal nos livros fiscais definidos na legislação tributária.....	29

**NOÇÕES GERAIS SOBRE AUDITORIA:
CONCEITUAÇÃO E OBJETIVOS.
DISTINÇÃO ENTRE AUDITORIA
INTERNA, INDEPENDENTE E AUDITORIA
TRIBUTÁRIA.**

NOÇÕES GERAIS SOBRE AUDITORIA

CONCEITUAÇÃO, OBJETIVOS E TIPOS DE AUDITORIA

A auditoria pode ser utilizada para identificar irregularidades e não conformidades em diversas áreas, como por exemplo operacional, financeira, de gestão, entre outras, o seu enfoque é que vai lhe dar um direcionamento. Nosso enfoque será a auditoria contábil, financeira e tributária. De maneira geral, podemos conceituar auditoria como um conjunto de atividades de levantamento, estudo e avaliação de maneira sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas ou demonstrações financeiras de uma entidade.

AUDITORIA INTERNA E EXTERNA

A auditoria interna é uma espécie de controle interno da empresa. É um controle de conformidade efetuado por profissionais da própria empresa.



#FicaDica

Sua finalidade é identificar os níveis de segurança dos controles internos da organização. É uma função administrativa que auxilia os gestores a administrá-la, fornecendo informações.

É uma função que deve ser desempenhada continuamente pela empresa.

A auditoria externa é praticada com independência dos auditores, deste modo, não relação de subordinação entre o agente que irá praticar a auditoria e os administradores da empresa, ou ainda, com a própria.

Uma vez que auditoria interna deve ser praticada continuamente pela empresa, a auditoria externa contábil, muitas vezes, é contratada no interesse de terceiros, como por exemplo os sócios, candidatos à aquisição da empresa, governo, entre outras.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. 2015 - CESPE - Telebras - Analista Superior - Auditoria

No que diz respeito aos conceitos e às classificações aplicados à auditoria, julgue o item a seguir.

Auditoria é um processo sistemático em que o auditor procura avaliar se as evidências encontradas produzem informação convergente com os critérios preestabelecidos e se essas evidências são competentes e suficientes para lhe permitir fundamentar sua opinião.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. O conceito trazido reflete o significado do termo auditoria: "um processo sistemático em que o auditor procura avaliar se as evidências encontradas produzem informação convergente com os critérios preestabelecidos e se essas evidências são competentes e suficientes para lhe permitir fundamentar sua opinião".

2. 2008 - CESPE - CGE-PB - Auditor de Contas Públicas

Com relação às origens da auditoria e seus tipos, assinale a opção correta. O surgimento da auditoria externa está associado à necessidade das empresas de captarem recursos de terceiros.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Com a possibilidade de captação de recursos de terceiros, surge a necessidade de sabermos se o investimento possui riscos, qual o tamanho desses riscos, inconformidades, fraudes, ilegalidades, ilícitos e etc.

3. 2008 - CESPE - CGE-PB - Auditor de Contas Públicas

Com relação às origens da auditoria e seus tipos, assinale a opção correta.

Os sócios-gerentes e acionistas fundadores são os que têm maior necessidade de recorrer aos auditores independentes para aferir a segurança, liquidez e rentabilidade de seus investimentos na empresa.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Os sócios minoritários possuem uma necessidade maior do que os majoritários ou administradores.

TIPOS DE AUDITORIA

A auditoria, a depender da sua finalidade pode se dar com vários objetivos e ter como escopo diversas informações.

- Auditoria Governamental: Visa avaliar a gestão pública de recursos, levando-se em consideração os diversos princípios, leis e normas que regem a Administração Pública, como por exemplo a legalidade, eficácia, eficiência e efetividade.

- b) Auditoria de Procedimentos: seu objetivo é identificar os procedimentos que não estão em conformidade, bem como a aderência destes procedimentos às normas internas da entidade e às normas externas e leis.
- c) Auditoria Contábil: A auditoria contábil procura identificar a regularidade dos registros contábeis e demonstrações financeiras. Tem como objetivo um parecer, uma opinião técnica sobre a adequação das demonstrações contábeis apresentadas pela entidade.
- d) Auditoria Fiscal: Relaciona-se aos Tributos. Tem como objetivo verificar a retidão do cálculo e pagamento dos tributos. É uma ferramenta essencial para manter arrecadação ao erário público.

DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AUDITORIA

O plano de auditoria, também denominado planejamento de auditoria, é a fase estratégica da auditoria, é a etapa do trabalho no qual o auditor estabelece uma orientação geral para os trabalhos, é nessa fase em que se decidirá, qual a natureza do trabalho, a oportunidade e a extensão das análises. Deve ser escrito e sua execução e possíveis alterações devem ser efetuados até o término do trabalho. Também é nessa fase em que são estabelecidos cronogramas para aplicação dos procedimentos, à época, o momento em que vão acontecer.

Tendo como referência as disposições contidas na NBC TA 300, os principais objetivos do Planejamento da Auditoria são:

- a) obter conhecimento das atividades da entidade, para identificar eventos e transações relevantes que afetem as demonstrações contábeis;*
- b) propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos;*
- c) assegurar que as áreas importantes da entidade e os valores relevantes contidos em suas demonstrações contábeis recebam a atenção requerida;*
- d) identificar os problemas potenciais da entidade;*
- e) identificar a legislação aplicável à entidade;*
- f) estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão dos exames a serem efetuados, em consonância com os termos constantes na sua proposta de serviços para a realização do trabalho"*

Nesta fase estratégica produzimos a estratégia global de auditoria e o plano e auditoria.

Ao elaborar o plano devemos considerar diversos fatores, como exemplo as atividades exercidas pela entidade, práticas operacionais, fatores econômicos, nível geral de competência da administração, sistema contábil e controles internos, volume e complexidade das transações, existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas, trabalhos anteriores de auditores independentes, especialistas e auditores internos, natureza, conteúdo e oportunidade dos pareceres e relatórios a serem emitidos, exigências e prazos estabelecidos em lei, risco aceitável de auditoria, pessoal disponível, entre outros.

O plano deve contemplar documentalmente todos os procedimentos de auditoria previstos, programados para acontecer, suas limitações, extensões e momento de aplicação, de modo que fique claro a observância de todos os pontos relevantes para aquela análise.

O planejamento deve prever se o trabalho será realizado somente por um auditor ou se será realizado por uma equipe, de modo que todos os envolvidos sejam capazes, competentes e capacitados para exercerem cada um sua função, algo que deve estar claro dentro do plano, as funções de cada um dentro dos trabalhos a serem desenvolvidos. O auditor deverá orientar e supervisionar os trabalhos, nas hipóteses em que houver mais e um auditor atuando, deve ficar claro a quem caberá a responsabilidade de fazer a gestão dos trabalhos.



#FicaDica

O trabalho de supervisão e revisão deve ser realizado continuamente, inclusive na etapa do próprio planejamento.



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. 2019 - CESPE - SEFAZ-RS - Auditor Fiscal da Receita Estadual

João, contador em situação regular no Conselho Regional de Contabilidade de sua jurisdição, emitiu, após ter sido intimado pelo Poder Judiciário, laudo e parecer técnico-contábil para subsidiar a solução de um litígio. Nesse caso, João realizou atividade de perícia contábil.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Podemos definir a perícia contábil como sendo: "o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer técnico-contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais e com a legislação específica no que for pertinente."

2. 2018 - CESPE - TCE-MG - Analista de Controle Externo - Ciências Contábeis

Determinado trabalho de um auditor consiste em examinar as demonstrações contábeis e outros relatórios financeiros, com o objetivo de expressar sua opinião, materializada em relatório de auditoria, acerca da adequação desses demonstrativos em relação aos princípios de contabilidade. Nesse caso, o trabalho realizado pelo auditor denomina-se auditoria operacional.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O conceito trazido é o conceito de auditoria contábil.

3. 2016 - CESPE - FUNPRESP-JUD - Analista - Controle Interno/Auditoria

Acerca dos objetivos da auditoria de demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir, com base nas normas brasileiras de contabilidade.

A credibilidade das demonstrações contábeis é reforçada pelo auditor independente quando este manifesta opinião de que tais demonstrações foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. Tendo como base a NBC TA 200: "O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável".

PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA E SUAS APLICAÇÕES; TESTES DE OBSERVÂNCIA. TESTES SUBSTANTIVOS

Para que o auditor possa emitir um parecer ele vai precisar de algumas técnicas que subsidiem tais afirmações, os procedimentos de auditoria visam obter evidências ou provas que possam fundamentar sua opinião acerca dos pontos a serem auditados.

Podemos dividi-los em duas grandes categorias:

1) Testes de observância ou de aderência

Nestes testes iremos avaliar o cumprimento das normas internas e os procedimentos de controle estabelecidos pela entidade a ser fiscalizada. Procuramos ter a segurança que os procedimentos de controle interno da instituição estão sendo seguidos. Para isso deverão ser analisadas quais são as normas internas, entrevistas com funcionários, conhecimento do auditor em relação às práticas da atividade auditada na instituição, entre outros fatores.

2) Testes substantivos.

Estes testes buscam assegurar a verossimilhança das informações fornecidas, ou seja, coleta evidências da fidedignidade das informações fornecidas. Avaliaremos as transações, saldos, coerência entre indicadores, patrimônio, fazendo as devidas comparações, por exemplo, para uma empresa comprar um caminhão, ela precisa pagar em determinada data, poderemos analisar o documento de compra e venda, bem como recibo de pagamento, consulta tabela FIPE, consulta ao extrato bancário e assim ter evidências que o valor X realmente foi destinado a compra do equipamento X, com a proveniência Y.

Os testes substantivos, por sua vez, podem ser divididos em:

a) Procedimentos de revisão analítica.

É feita uma avaliação e comparação entre diversos elementos econômicos e financeiros que são apresentados nas transações, busca-se a normalidades ou anormalidades, utilizando como referência, quantidades, valores, indicadores ou outros. Essa análise busca identificar o que está fora do ordinário, do comum, do padrão que normalmente existe, são os indícios que nos farão ter uma atenção especial com ou com outro ponto que está sendo analisado. Diante de situações anormais, os testes de revisão analítica podem ensejar a necessidade um procedimento adicional, ou ainda, diante da normalidade pode ensejar a redução de procedimentos.

Através dos procedimentos de revisão analítica podemos identificar que uma empresa está tendo despesas não classificadas em um percentual muito alto, ou ainda que a rentabilidade da empresa está muito alta, quando comparada com empresas similares do mesmo setor. Ou ainda, que determinada atividade não está utilizando insumos essenciais. Como um posto de gasolina que não compra combustível para revender, mas que continua obtendo lucro compatível com mercado, o que pode denotar a lavagem de dinheiro, dentre outras situações.

b) Testes de transações e saldo.

Estes testes buscam identificar se as transações alegadas correspondem à realidade, ou seja, a veracidade delas, fazendo uma checagem do saldo existente nas contas utilizadas na demonstração contábil.

O auditor irá verificar se os registros contábeis foram registrados como deveriam, eles irão produzir as evidências de auditoria, principais procedimentos a serem observados nessa análise:

- Inspeção: trata-se do exame dos registros contábeis e análise de documentações de suporte.
- Contagem física: aplicada especialmente a estoques e bens do ativo imobilizado, é a verificação da existência e quantidade de ativos tangíveis.
- Observação: acompanhamento de processos ou procedimentos durante a sua execução.
- Entrevistas (averiguação): formulação de perguntas aos funcionários da entidade auditada.
- Investigação: checagem das informações obtidas.
- Confirmação: obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro e fora da entidade.
- Circularização: é uma confirmação, só que feita com pessoas de fora da entidade. Para ser realizada, necessita de autorização da entidade auditada.
- Conferência de cálculos: conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros, demonstrações contábeis, resultados de transações e outras circunstâncias.



#FicaDica

Todos os procedimentos de auditoria devem ser documentados pelo auditor



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. 2019 - CESPE - CGE - CE - Conhecimentos Básicos

Segundo a NBC TA 330, para detectar distorções relevantes no nível de afirmações, são utilizados, entre outros, os procedimentos e testes que avaliam informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros e são examinadas relações identificadas que sejam inconsistentes com outras informações relevantes ou difiram significativamente dos valores esperados.

Tais procedimentos ou testes são denominados procedimentos analíticos substantivos.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. A resposta encontra fundamento na NBC TA 520: 4. Procedimento analítico significa avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros. Procedimentos analíticos compreendem, também, o exame necessário de flutuações ou relações identificadas que são inconsistentes com outras informações relevantes ou que diferem significativamente dos valores esperados.

2. 2008 - CESPE - CGE-PB - Auditor de Contas Públicas

Com relação às origens da auditoria e seus tipos, assinale a opção correta.

A auditoria externa surgiu como decorrência da necessidade de um acompanhamento sistemático e mais aprofundado da situação da empresa.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Conceito de auditoria interna.

3. 2008 - CESPE - CGE-PB - Auditor de Contas Públicas

Com relação às origens da auditoria e seus tipos, assinale a opção correta.

A auditoria interna é uma resposta à necessidade de independência do exame das transações da empresa em relação aos seus dirigentes.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Conceito de auditoria externa.

AMOSTRAGEM EM AUDITORIA. NBC TA 530, APROVADA PELA RESOLUÇÃO CFC Nº 1.222/2009

Introdução

Alcance

1. Esta Norma se aplica quando o auditor independente decide usar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Essa Norma trata do uso de amostragem estatística e não estatística na definição e seleção da amostra de auditoria, na execução de testes de controles e de detalhes e na avaliação dos resultados da amostra.
2. Esta Norma complementa a NBC TA 500 - Evidência de Auditoria, que trata da responsabilidade do auditor na definição e execução de procedimentos de auditoria para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para chegar a conclusões razoáveis que fundamentem sua opinião de auditoria. A NBC TA 500 fornece orientação sobre os meios disponíveis para o auditor selecionar os itens para teste, dos quais a amostragem de auditoria é um deles.

Data de vigência

3. Esta Norma é aplicável a auditoria de demonstrações contábeis para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Objetivo

4. O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.

Definições

5. Para fins das normas de auditoria, os termos a seguir têm os significados a eles atribuídos:

Amostragem em auditoria é a aplicação de procedimentos de auditoria em menos de 100% dos itens de população relevante para fins de auditoria, de maneira que todas as unidades de amostragem tenham a mesma chance de serem selecionadas para proporcionar uma base razoável que possibilite o auditor concluir sobre toda a população.

População é o conjunto completo de dados sobre o qual a amostra é selecionada e sobre o qual o auditor deseja concluir.

Risco de amostragem é o risco de que a conclusão do auditor, com base em amostra, pudesse ser diferente se toda a população fosse sujeita ao mesmo procedimento de auditoria. O risco de amostragem pode levar a dois tipos de conclusões errôneas:

- (a) no caso de teste de controles, em que os controles são considerados mais eficazes do que realmente são ou no caso de teste de detalhes, em que

não seja identificada distorção relevante, quando, na verdade, ela existe. O auditor está preocupado com esse tipo de conclusão errônea porque ela afeta a eficácia da auditoria e é provável que leve a uma opinião de auditoria não apropriada.

- (b) no caso de teste de controles, em que os controles são considerados menos eficazes do que realmente são ou no caso de teste de detalhes, em que seja identificada distorção relevante, quando, na verdade, ela não existe. Esse tipo de conclusão errônea afeta a eficiência da auditoria porque ela normalmente levaria a um trabalho adicional para estabelecer que as conclusões iniciais estavam incorretas.

Risco não resultante da amostragem é o risco de que o auditor chegue a uma conclusão errônea por qualquer outra razão que não seja relacionada ao risco de amostragem

Anomalia é a distorção ou o desvio que é comprovadamente não representativo de distorção ou desvio em uma população.

Unidade de amostragem é cada um dos itens individuais que constituem uma população

Amostragem estatística é a abordagem à amostragem com as seguintes características:

- (a) seleção aleatória dos itens da amostra; e
(b) o uso da teoria das probabilidades para avaliar os resultados das amostras, incluindo a mensuração do risco de amostragem.

A abordagem de amostragem que não tem as características (i) e (ii) é considerada uma amostragem não estatística.

Estratificação é o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes (geralmente valor monetário).

Distorção tolerável é um valor monetário definido pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que esse valor monetário não seja excedido pela distorção real na população.

Taxa tolerável de desvio é a taxa de desvio dos procedimentos de controles internos previstos, definida pelo auditor para obter um nível apropriado de segurança de que essa taxa de desvio não seja excedida pela taxa real de desvio na população.

Requisitos Definição da amostra, tamanho e seleção dos itens para teste

6. Ao definir uma amostra de auditoria, o auditor deve considerar a finalidade do procedimento de auditoria e as características da população da qual será retirada a amostra.
7. O auditor deve determinar o tamanho de amostra suficiente para reduzir o risco de amostragem a um nível mínimo aceitável.
8. O auditor deve selecionar itens para a amostragem de forma que cada unidade de amostragem da população tenha a mesma chance de ser selecionada.

Execução de procedimentos de auditoria

9. O auditor deve executar os procedimentos de auditoria, apropriados à finalidade, para cada item selecionado.
10. Se o procedimento de auditoria não for aplicável ao item selecionado, o auditor deve executar o procedimento em um item que substitua o anteriormente selecionado.
11. Se o auditor não puder aplicar os procedimentos de auditoria definidos ou procedimentos alternativos adequados em um item selecionado, o auditor deve tratar esse item como um desvio do controle previsto, no caso de testes de controles ou uma distorção, no caso de testes de detalhes.

Natureza e causa de desvios e distorções

12. O auditor deve investigar a natureza e a causa de quaisquer desvios ou distorções identificadas e avaliar o possível efeito causado por eles na finalidade do procedimento de auditoria e em outras áreas de auditoria.
13. Em circunstâncias extremamente raras, quando o auditor considera que uma distorção ou um desvio descoberto na amostra são anomalias, o auditor deve obter um alto grau de certeza de que essa distorção ou esse desvio não sejam representativos da população. O auditor deve obter esse grau de certeza mediante a execução de procedimentos adicionais de auditoria, para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que a distorção ou o desvio não afetam o restante da população.

Projeção de distorções

14. Para os testes de detalhes, o auditor deve projetar, para a população, as distorções encontradas na amostra.

Avaliação do resultado da amostragem em auditoria

15. O auditor deve avaliar:
(a) os resultados da amostra; e
(b) se o uso de amostragem de auditoria forneceu uma base razoável para conclusões sobre a população que foi testada".



EXERCÍCIOS COMENTADOS

1. 2019 - CESPE - CGE - CE - Auditor de Controle Interno - Governamental

Ao dividir um conjunto de registros contábeis em diferentes grupos de unidades com características semelhantes, o auditor independente estará utilizando o procedimento de unidade de amostragem.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. O processo é chamado de estratificação: "é o processo de dividir uma população em subpopulações, cada uma sendo um grupo de unidades de amostragem com características semelhantes (geralmente valor monetário)"

2. 2008 - CESPE - CGE-PB - Auditor de Contas Públicas

Com relação às origens da auditoria e seus tipos, assinale a opção correta.

Os auditores internos direcionam o foco de seu trabalho para as demonstrações contábeis que a empresa é obrigada a publicar.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Errado. Conceito de auditoria externa.

3. 2018 - CESPE - Polícia Federal - Perito Criminal Federal - Área 1

Julgue o item a seguir, relativo aos trabalhos de auditoria e perícia.

Na definição do tamanho da amostra que o auditor utilizará para formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis da auditada, quanto maior for o valor da distorção esperada na população analisada, maior deverá ser o tamanho da amostra.

() CERTO () ERRADO

Resposta: Certo. A afirmação está de acordo com a NBC 530: "Quanto mais alta a avaliação do risco de distorção relevante do auditor, maior deve ser o tamanho da amostra."

TESTES PARA SUBAVALIAÇÃO E TESTES PARA SUPERAVALIAÇÃO

Os testes para superavaliação são testes efetuados para verificar a consistência de informações, no intuito de identificar se alguma conta ficou com saldo superior ao que realmente deveria, valor maior que o real. Seu objetivo é identificar a existência do ativo. Para esses testes podemos utilizar algumas técnicas como por exemplo:

- Contagem de caixa
- Confirmação de saldos bancários
- Testes de conciliações bancárias;

Os testes para subavaliação são testes efetuados para verificar a consistência de informações, no intuito de identificar se alguma conta ficou com saldo inferior ao que realmente deveria, valor menor que o real.

IDENTIFICAÇÃO DE FRAUDES NA ESCRITA CONTÁBIL. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA.

Segundo a NBC 11 o termo fraude refere-se a ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis. A fraude pode ser caracterizada por:

- a) manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas.

O termo erro refere-se a ato não-intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, que resulte em incorreções deles, consistente em:

- a) erros aritméticos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis;
- b) aplicação incorreta das normas contábeis;
- c) interpretação errada das variações patrimoniais.

A DETECÇÃO DE FRAUDES E ERROS

8. O auditor deverá avaliar criticamente os sistemas contábeis, incluindo o controle interno, tanto em termos de concepção quanto de funcionamento efetivo, concedendo especial atenção às condições ou eventos que representem aumento de risco de fraude ou erro, que incluem:

- a) estrutura ou atuação inadequada da administração da entidade auditada ou de algum dos seus membros;
- b) pressões internas e externas;
- c) transações que pareçam anormais;
- d) problemas internos no cumprimento dos trabalhos de auditoria;
- e) fatores específicos no ambiente de sistemas de informação computadorizados.

Exemplos dessas condições ou eventos são apresentados a seguir:

- 1) Estrutura ou atuação inadequada da administração
- a) a alta administração é controlada por pessoa ou pequeno grupo, não existindo estrutura de supervisão eficaz;
- b) existe uma estrutura empresarial complexa aparentemente não justificada;
- c) as deficiências importantes de controle interno não são corrigidas, mesmo quando isso é praticável;
- d) existe uma alta rotação do pessoal-chave das áreas financeira, contábil e de auditoria interna;
- e) a área de contabilidade apresenta insuficiência, significativa e prolongada, de pessoal e condições de trabalho inadequadas;
- f) há mudanças frequentes de auditores e/ou advogados; e
- g) a reputação da administração é duvidosa.

- 2) Pressões internas e externas
 - a) o setor econômico no qual a entidade se insere está em declínio, e as falências estão aumentando;
 - b) o capital de giro é insuficiente, devido à diminuição de lucros ou à expansão muito rápida;
 - c) os lucros estão se deteriorando, e a administração da entidade vem assumindo maiores riscos em suas vendas a prazo, está alterando suas praxes comerciais ou escolhendo alternativas de práticas contábeis com o intuito de melhorar o resultado;
 - d) a entidade necessita de uma tendência de lucro crescente para suportar o preço de mercado de suas ações, devido à oferta pública, transferência de controle ou outra razão;
 - e) a entidade tem um investimento significativo em um setor ou linha de produto conhecido por estar sujeito a mudanças rápidas;
 - f) a entidade depende muito de uma ou de uns poucos produtos, clientes ou fornecedores;
 - g) a alta administração está sofrendo pressão financeira;
 - h) o pessoal da área contábil está sendo pressionado para concluir a elaboração das demonstrações contábeis;
 - i) existem questões internas e/ou externas que provocam dúvidas quanto à continuidade normal das atividades da entidade; e
 - j) há desentendimentos entre os acionistas, quotistas e a administração.
3. Transações que pareçam anormais
 - a) especialmente as que tenham efeitos significativos sobre os resultados, realizadas em datas próximas do fim do exercício;
 - b) aquelas de natureza complexa, com os decorrentes tratamentos contábeis;
 - c) realizadas com partes relacionadas; e
 - d) pagamentos que pareçam excessivos em relação aos serviços prestados.
4. Problemas internos no cumprimento dos trabalhos de auditoria
 - a) registros inadequados, arquivos incompletos, ajustes excessivos nos livros e contas, transações não registradas de acordo com os procedimentos usuais e contas não conciliadas com os registros;
 - b) documentação inadequada de transações, com falta de autorização, sem documento de apoio e/ou alterado. Quaisquer desses problemas de documentação assumem significância maior quando relacionados a transações não usuais ou de valor relevante;
 - c) diferenças excessivas entre os registros contábeis e as confirmações de terceiros;
 - d) conflitos na evidência de auditoria;
 - e) mudanças inexplicáveis nos indicadores econômicos, financeiros e operacionais;
 - f) respostas evasivas ou ilógicas da administração às indagações do auditor;
 - g) experiência anterior com fraude e/ou erro; e
 - h) cliente novo sem auditoria anterior.

- 5) Fatores específicos no ambiente de sistemas de informação computadorizados
 - a) incapacidade ou dificuldade para extrair informações dos arquivos de computador, devido à falta de documentação, ou à documentação desatualizada, de programas ou conteúdos de registros;
 - b) grande quantidade de alterações nos programas que não foram documentadas, aprovadas e testadas; e
 - c) falta de conciliação geral entre as transações processadas em forma computadorizada e as bases de dados, de um lado, e os registros contábeis, de outro.

AS LIMITAÇÕES INERENTES À AUDITORIA

9. Devido às limitações inerentes à auditoria, existe risco inevitável de que distorções relevantes resultantes de fraude e, em menor grau, de erro possam deixar de ser detectadas. Caso se descubra posteriormente que, durante o período coberto pelo parecer do auditor, exista distorção relevante não refletida ou não corrigida nas demonstrações contábeis, resultante de fraude e/ou relevante não refletida ou não corrigida nas demonstrações contábeis, resultante de fraude e/ou erro, isto não indica que o auditor não cumpriu as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. O que vai determinar se o auditor cumpriu estas normas é a adequação dos procedimentos de auditoria adotados nas circunstâncias e do seu parecer com base nos resultados desses procedimentos.
10. O risco de não detectar distorção relevante resultante de fraude é maior do que o risco de não detectar distorção relevante resultante de erro, porque a fraude normalmente envolve atos planejados para ocultá-la, como, por exemplo, conluio, falsificação, falha deliberada no registro de transações ou apresentação de informações intencionalmente erradas ao auditor. Salvo se a auditoria revelar evidência em contrário, o auditor normalmente aceita informações como verdadeiras e registros e documentos como genuínos.
11. Embora a existência de sistema contábil e de controle interno eficaz reduza a probabilidade de distorção das demonstrações contábeis resultante de fraude e/ou erro, sempre irá existir algum risco de que os controles internos não funcionem como planejado. Além disso, quaisquer sistemas contábeis e de controle interno pode ser ineficaz contra fraude que envolva conluio entre empregados ou cometida pela administração. Certos níveis da administração podem estar em condição de burlar controles que previnam fraudes similares por parte de outros empregados; por exemplo, instruindo subordinados para registrar transações incorretamente ou ocultá-las, ou sonegando informações relativas a transações.

OS PROCEDIMENTOS QUANDO EXISTE INDICAÇÃO DE FRAUDE OU ERRO

12. Quando a aplicação de procedimentos de auditoria, planejados com base na avaliação de risco, indicar a provável existência de fraude e/ou erro o auditor deve considerar o efeito potencial sobre as demonstrações contábeis. Se acreditar que tais fraudes e erros podem resultar em distorções relevantes nas demonstrações contábeis, o auditor deve modificar seus procedimentos ou aplicar outros, em caráter adicional.
13. A extensão desses procedimentos adicionais ou modificados depende do julgamento do auditor quanto:
 - a) aos possíveis tipos de fraude e/ou erro;
 - b) à probabilidade de que um tipo particular de fraude e/ou erro possa resultar em distorções relevantes nas demonstrações contábeis.
14. Salvo quando houver circunstâncias indicando claramente o contrário, o auditor não pode presumir que um caso de fraude e/ou erro seja ocorrência isolada. Se necessário, ele deve revisar a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria.

A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROCEDIMENTOS

15. A aplicação de procedimentos adicionais ou modificados normalmente permite que o auditor confirme ou elimine a suspeita de fraude e/ou erro. Caso contrário, ele deve discutir a questão com a administração da entidade auditada e avaliar as providências a serem tomadas e seus possíveis efeitos.
16. O auditor deve avaliar as implicações de fraude e/ou erro relevantes em relação a outros aspectos de auditoria, particularmente quanto à confiabilidade das informações escritas ou verbais fornecidas pela administração da entidade auditada. No caso de fraude e/ou erro não detectados por controle interno ou não incluídos nas informações da administração, o auditor deve reconsiderar a avaliação de risco e a validade dessas informações. As implicações de fraude e/ou erro detectados pelo auditor vão depender da relação entre, de um lado, a eventual perpetração e ocultação da fraude e/ou erro e, de outro lado, os procedimentos de controle específicos e o nível da administração ou dos empregados envolvidos.

OS EFEITOS DE FRAUDE E/O ERRO NO PARECER DO AUDITOR

17. Se o auditor concluir que a fraude e/ou erro têm efeito relevante sobre as demonstrações contábeis e que isso não foi apropriadamente refletido ou corrigido, ele deve emitir seu parecer com ressalva ou com opinião adversa.

18. Se o auditor não puder determinar se houve a fraude e/ou erro devido a limitações impostas pelas circunstâncias, e não pela entidade, deve avaliar o tipo de parecer e emitir.

AS COMUNICAÇÕES DE FRAUDE E/OU ERRO

À administração

19. O auditor sempre deve comunicar à administração da entidade auditada descobertas factuais envolvendo fraude – dependendo das circunstâncias, de forma verbal ou escrita –, tão cedo quanto possível, mesmo que o efeito potencial sobre as demonstrações contábeis seja irrelevante.
20. Ao determinar o representante apropriado da entidade auditada a quem comunicar ocorrências de erros relevantes ou fraude, o auditor deve considerar todas as circunstâncias. Com respeito a fraude, o auditor deve avaliar a probabilidade de envolvimento da alta administração. Na maior parte dos casos que envolvem fraude, seria apropriado comunicar a questão a um nível da estrutura organizacional da entidade acima do nível responsável pelas pessoas que se acredita estejam implicadas. Quando houver dúvida quanto ao envolvimento da alta administração da entidade, antes de qualquer comunicação por escrito o auditor deve avaliar as circunstâncias do fato.

A terceiros

21. O sigilo profissional normalmente impede o auditor de comunicar fraude e/ou erros a terceiros. Todavia, em certas circunstâncias, quando houver obrigação legal de fazê-lo, ao auditor poderá ser requerida a quebra do sigilo profissional. Aplicam-se neste caso o Código de Ética Profissional dos Contabilistas e as Normas Profissionais de Auditor Independente (*).

A RENÚNCIA AO TRABALHO

22. O auditor pode concluir que é necessário retirar-se do trabalho, quando a entidade não tomar as medidas corretivas relacionadas com fraude que ele considera necessárias às circunstâncias, mesmo quando a fraude for relevante para as demonstrações contábeis. Entre os fatores passíveis de afetar a conclusão do auditor estão as implicações de envolvimento da alta administração da entidade, o que pode acarretar o abalo na confiabilidade das informações da administração da entidade auditada e o impacto, para o auditor, da continuidade de seu vínculo profissional com a entidade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SUJEITAS A AUDITORIA

“O objetivo da auditoria é aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião.

As demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança. As NBC TAs não impõem responsabilidades à administração ou aos responsáveis pela governança e não se sobrepõem às leis e regulamentos que governam as suas responsabilidades. Contudo, a auditoria em conformidade com as normas de auditoria é conduzida com base na premissa de que a administração e, quando apropriado, os responsáveis pela governança têm conhecimento de certas responsabilidades que são fundamentais para a condução da auditoria. A auditoria das demonstrações contábeis não exige dessas responsabilidades a administração ou os responsáveis pela governança.

Como base para a opinião do auditor, as NBC TAs exigem que ele obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis como um todo estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro. Asseguração razoável é um nível elevado de segurança. Esse nível é conseguido quando o auditor obtém evidência de auditoria apropriada e suficiente para reduzir a um nível aceitavelmente baixo o risco de auditoria (isto é, o risco de que o auditor expresse uma opinião inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante).

Contudo, asseguração razoável não é um nível absoluto de segurança porque há limitações inerentes em uma auditoria, as quais resultam do fato de que a maioria das evidências de auditoria em que o auditor baseia suas conclusões e sua opinião, é persuasiva e não conclusiva.

O conceito de materialidade é aplicado pelo auditor no planejamento e na execução da auditoria, e na avaliação do efeito de distorções identificadas sobre a auditoria e de distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis (NBC TA 320- Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria, e NBC TA 450 - Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria). Em geral, as distorções, inclusive as omissões, são consideradas relevantes se for razoável esperar que, individual ou conjuntamente, elas influenciem as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis. Julgamentos sobre a materialidade são estabelecidos levando-se em consideração as

circunstâncias envolvidas e são afetadas pela percepção que o auditor tem das necessidades dos usuários das demonstrações contábeis e pelo tamanho ou natureza de uma distorção, ou por uma combinação de ambos. A opinião do auditor considera as demonstrações contábeis como um todo e, portanto, o auditor não é responsável pela detecção de distorções que não sejam relevantes para as demonstrações contábeis como um todo.

A estrutura das NBC TAs contempla uma introdução, os objetivos, os requisitos e uma seção contendo aplicação e outros materiais explicativos que se destinam a dar suporte ao auditor na obtenção de segurança razoável. Quando necessário, elas são complementadas com Apêndices. As NBC TAs exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha o ceticismo profissional ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria e, entre outras coisas:

- Identifique e avalie os riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, com base no entendimento da entidade e de seu ambiente, inclusive o controle interno da entidade.
- Obtenha evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir se existem distorções relevantes por meio do planejamento e aplicação de respostas (procedimentos de auditoria) apropriadas aos riscos avaliados.
- Forme uma opinião a respeito das demonstrações contábeis com base em conclusões obtidas das evidências de auditoria obtidas.

A forma da opinião expressa pelo auditor depende da estrutura de relatório financeiro aplicável e de lei ou regulamento aplicáveis.

O auditor também pode ter outras responsabilidades de comunicação e de relatório, perante os usuários, a administração, os responsáveis pela governança ou partes fora da entidade, a respeito dos assuntos decorrentes da auditoria. Essas outras responsabilidades podem ser estabelecidas pelas NBC TAs, por lei ou regulamento aplicável, como, por exemplo, NBC TA 260 – Comunicação com os Responsáveis pela Governança, e item 43 da NBC TA 240 que trata da responsabilidade do auditor em relação a fraude, no contexto da auditoria de demonstrações contábeis”.

Demonstrações contábeis sujeitas à auditoria nas Sociedades Anônimas.

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado do Exercício
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Demonstrações dos fluxos de caixa.

AUDITORIA NO ATIVO CIRCULANTE: RECOMPOSIÇÃO CONTÁBIL DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA

Passivo circulante: dívidas da empresa que devem ser pagas até o final do exercício financeiro seguinte.

Ativo circulante: crédito da empresa que devem ser recebidos em um prazo de até o final do exercício financeiro seguinte. podem ser classificados em: ativo circulante operacional, líquido, cíclico, entre outros.

Deste modo, cabe ao auditor analisar se as contas do passivo ou do ativo circulante estão tendo a origem e a destinação devida, lembrando que normalmente um ativo circulante é usado para pagamento de um passivo circulante.

IDENTIFICAÇÃO DE SALDO CREDOR NA CONTA CAIXA POR FALTA DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS

O saldo credor de caixa é indício lógico de falta de escrituração de receitas.

Podemos identificar a falta de emissão de documentos fiscais através do seguinte procedimento: contagem dos valores disponíveis no caixa, em moeda, cheques ou depósitos efetuados no dia; após comparamos tais valores com as Notas Fiscais ou documentos equivalentes emitidos no dia, identificando, assim a falta de emissão destes.

SUPRIMENTOS DAS DISPONIBILIDADES SEM QUE HAJA COMPROVAÇÃO QUANTO À EFETIVA ENTREGA DE RECURSOS FINANCEIROS: AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, EMPRÉSTIMOS DE SÓCIOS OU DE TERCEIROS, OPERAÇÕES, PRESTAÇÕES OU RECEBIMENTOS SEM ORIGEM, ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E BENS DO ATIVO IMOBILIZADO

Art. 282. Provada a omissão de receita, por indícios na escrituração do contribuinte ou qualquer outro elemento de prova, a autoridade tributária poderá arbitrá-la com base no valor dos recursos de caixa fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, titular da empresa individual, ou pelo acionista controlador da companhia, se a efetividade da entrega e a origem dos recursos não forem comprovadamente demonstradas (Decreto-Lei 1.598, de 1977, art. 12, § 3º, e Decreto-Lei nº 1.648, de 18 de dezembro de 1978, art. 1º, inciso II).

AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS, BENS, SERVIÇOS E OUTROS ATIVOS NÃO CONTABILIZADOS E SEM COMPROVAÇÃO DA ORGEM DO NUMERÁRIO.

Ao analisar os registros contábeis o auditor deve ter atenção quanto às transações que denotem aquisição de mercadoria, bens e outros ativos, uma vez que esses insumos e bens, podem ter sido adquiridos sem comprovar a origem dos recursos. Ou seja, sem os créditos pertinentes estarem devidamente contabilizados na conta específica.

BAIXA FICTÍCIA DE TÍTULOS NÃO RECEBIDOS

A baixa fictícia de títulos não recebidos ocorre quando é efetuada uma baixa de um título que não recebido, imagine por exemplo uma duplicata que não foi recebida. Caso não seja feita a baixa nela nos registros contábeis, a receita da empresa estará supervalorizada, passando a constar como saldo credor o que não é. Deste modo deve ser feita a baixa do título e o devido lançamento nos registros contábeis, afim de que tal lançamento não a frete as receitas da organização.

COTEJAMENTO DE RECEBÍVEIS COM OS REGISTROS CONTÁBEIS DE RECEITAS

Cotejamento contábil também conhecido como conciliação, faz-se uma comparação entre o que a empresa deveria receber e as receitas que foram ou que deveriam ser pagas. Deste modo, é feita uma comparação entre o que a empresa recebeu ou que tenha que receber, e o que efetivamente entrou ou deverá entrar nas receitas.

AUDITORIA NO ATIVO NÃO CIRCULANTE: SUPERAVALIAÇÃO DOS CUSTO DE ESTOQUE

O ativo não circulante são as receitas que a empresa deverá receber até o final do exercício financeiro seguinte, o auditor deve ter atenção aos lançamentos que não espelhem a real situação do custo de estoque. Os custos de estoque por vezes são superavaliados, possuindo duplicidades, ou mesmo custos diferenciados.